

Aure

JORNAL DO BRASIL

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*

Conotações Argentinas

Embora pareça ilimitada a capacidade da Constituinte para postular novos problemas e aliviar soluções supostamente novas, empresários, economistas e homens de governo começam a sentir a necessidade muito concreta, neste final de 1987, de responder a uma questão bastante prosaica: de onde é que o país vai tirar o dinheiro de que precisa para financiar o seu desenvolvimento?

Como lembrou um dos economistas (Rogério Werneck) presentes ao debate mensal promovido pelo JORNAL DO BRASIL, a Nova República começou sob a amável ilusão de que, num certo sentido, íamos entrar numa fase mais favorável: as grandes obras de infra-estrutura estariam terminadas, e o país poderia ingressar na fase dos investimentos seletivos, ou começar, afinal, a resgatar um pouco da sua enorme dívida social.

A ilusão desvaneceu-se depressa. Se o Brasil quiser continuar crescendo a taxas ainda que remotamente parecidas com a do período 1945-1980 (algo em torno de 7% ao ano, o que é muito), terá de encontrar fontes de financiamento que já não são, de forma alguma, óbvias.

Vê-se agora o que havia de excepcional nas condições de que o Brasil se beneficiou durante o período do chamado "milagre". O Governo brasileiro ainda possuía reservas orçamentárias para investir — não estava, como agora, atrelado aos subsídios e aos seus próprios custos altíssimos; e com a abundância de petrodólares, as taxas de juros internacionais eram muito mais baixas que agora. O país — a União, os estados e municípios, empresas particulares — usou a poupança externa como fonte privilegiada de financiamentos.

Esta é a situação que abandonamos desde o final dos anos 70. Subiram violentamente os juros internacionais; e 1982 marca o fim dos financiamentos reais aos países em desenvolvimento. Desde 1981, não há investimentos expressivos no parque industrial brasileiro — que corre, assim, o risco do que já está sendo chamado de "argentinição".

Anuncia-se para 1988 uma queda na taxa de investimentos *vis-à-vis* a de 1987: queda avaliada em 12,74%.

Não é de espantar. Se se quiser recorrer a categorias psicanalíticas, talvez se possa entender o imenso refluxo de águas da Constituinte como a auto-apalpadela de uma sociedade que, durante 20 anos, foi conduzida no ritmo das marchas militares, a partir do pressuposto de que o "desenvolvimentismo" justificava-se por si mesmo e dispensava análises sofisticadas. Tudo se resumia em construir o "Brasil potência".

Sob alguns aspectos, o salto foi realmente enorme. Mas assim que teve condições para isso, a sociedade pôs-se a discuti-lo no ritmo febril de uma sessão freudiana ou lacaniana.

Pode estar na ordem natural das coisas; países grandes como o Brasil, entretanto, não podem dar-se ao luxo de infundáveis mergulhos introspectivos. As questões concretas já se alinham com fustigante premência; e nenhuma talvez seja tão urgente quanto a de saber como recolocar o país no clima de trabalho necessário à sublimação das suas muitas tensões.

Essa definição condiciona muitas outras. É fácil entender que um dos diques bloqueando atualmente o fluxo dos investimentos é a incerteza quanto ao que teremos pela frente, não só em 1988 como em horizontes um pouco maiores. O Brasil continua a ser um bom risco (apesar de todos os

percalços) para investidores internos e externos. Mas ninguém colocará a sua poupança em jogo sem saber com razoável segurança que tipo de jogo vai ser este. Só essa insegurança já explicaria por que os investimentos, em 1988, serão menores que os de 1987.

Mas há incertezas específicas. O tratamento a ser dado ao capital estrangeiro é um deles. Há um evidente atraso no modo como o país — e alguns constituintes — parecem dispostos a encarar esse problema. Como lembrou o dirigente de importante firma alemã sediada no Brasil, continua-se a considerar "estrangeiro" um capital ou uma firma que, em alguns casos, estão aqui há quase 100 anos. Até quando persistirá essa discriminação? De quantas décadas precisa uma firma para conquistar o direito à "dupla nacionalidade"? Ou pelo menos para não ser tratada como se tivesse acabado de desembarcar nos nossos portos? E por quanto tempo continuaremos a negar a internacionalização do capital, principal fato econômico da nossa época?

A necessidade de definição atinge também a área "social" tão cara a um determinado discurso político — e, em última análise, a qualquer brasileiro consciente. O que constitui uma tendência reprovável, quase criminosa, é o fato de que o Estado brasileiro, avançando indiscriminadamente em todas as direções, deixou a descoberto as áreas que seriam da sua responsabilidade intrínseca — como as da educação e saúde. Se o Estado não tem dinheiro para assegurar o mínimo necessário aos investimentos das suas estatais, como achar estranho que a educação e a saúde, neste país, continuem andando de muletas, arrastando os seus andrajos?

Este é um terreno para o qual deveriam ser muito mais sensíveis os que construíram toda uma retórica centrada na questão "social". O Estado não tem o dom da ubiqüidade. Se a sua capacidade de investimento diminui dramaticamente, cabe-lhe, antes de tudo, começar a medir as próprias forças. Responsabilidades como as da saúde e da educação não podem ser totalmente repassadas ao setor privado.

Isso aponta com todo vigor na direção da privatização de áreas que não são, nem nunca foram, da exclusividade ou do interesse preferencial do Estado.

São decisões a serem tomadas, com um mínimo de realismo, pelos senhores que redigem a Constituição. Podemos, obviamente, fazer o inventário de todos os nossos problemas; e tentar, para cada um deles, soluções originais (embora fosse muito mais simples e mais seguro aproveitar o que pode ser aproveitado numa já rica tradição constitucional). Mas a hora das decisões práticas está soando com urgência crescente.

A quase estagnação de 1987 — com reflexos já impiedosos sobre 1988 — não pode ser prolongada indefinidamente, em termos de perspectivas para o futuro. É preciso saber de onde virá a reserva de poupança sem a qual o país *involuirá penosamente*. E não há grandes mágicas a serem feitas nesse terreno. Sem um sólido bom senso, não se chega a parte alguma. Pensou-se em extrair a menção à divindade do prólogo da Constituição. Já agora se pode ver que os nossos constituintes precisarão com certeza das luzes do alto para não ficarem andando em círculo em torno de alguns problemas essenciais.